

Designativos para “gambá” no Brasil Central: um estudo a partir da aplicabilidade da Teoria dos Interpretantes de Charles S. Peirce^{*}

*Names to “gambá” in Brazilian Midwest Region: a
study from the applicability of Peirce’s Theory of
Interpretants*

Daniela de Souza Silva Costa¹

Resumo: Tendo em vista que “qualquer coisa pode ser analisada semioticamente” (SANTAELLA, 2002, p. 11), esta proposta de análise pretende cotejar dados geolinguísticos sob a perspectiva da Semiótica peirciana, especialmente no tocante à Teoria dos Interpretantes de Peirce, com vistas a buscar compreender como se dá o processo mental de designação do “bicho que solta um cheiro ruim quando se sente ameaçado” (Pergunta 71/Questionário Linguístico/Projeto Atlas Linguístico do Brasil/2001) por parte dos habitantes da região Centro-Oeste brasileira. A metodologia utilizada tem seu aporte teórico orientado pela Semântica, além das classificações dos signos e sua relação com o interpretante, advindas da Semiótica norte-americana. A análise revelou o uso de cinco variantes lexicais para designar o conceito em questão: *gambá*, *mucura*, *raposa*, *mixila* e *jaratataca* e evidenciou que *gambá* e *mucura* nomeiam o mesmo animal, diferentemente das demais designações, o que teve seu estudo favorecido pelo conceito de legi-signo simbólico remático de Peirce e pela perspectiva de análise centrada no interpretante dinâmico, uma vez que este revela a dimensão psicológica do interpretante, demonstrando como a generalização da norma age efetivamente em cada intérprete. Nesse contexto, percebe-se que os habitantes do Brasil Central responderam

* Este artigo foi produzido inicialmente para a disciplina de Semiótica: Princípios e Historicidade, ministrada pela Profa. Eluiza Bortolotto Ghizzi no Programa de Pós-Graduação Mestrado em Estudos de Linguagens, na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, *campus* Campo Grande.

¹ Professora da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul/CPAq.
danielassilva@hotmail.com

jaratataca para a pergunta em questão, o que, apesar de não nomear o mesmo animal, atende aos semas requeridos, demonstrando a aplicabilidade da teoria por este texto adotada. Com isso, pode-se concluir que o estudo da Semiótica auxilia na compreensão de fenômenos linguísticos, elucidando questões por vezes para-além das teorias linguísticas.

Palavras-chave: Léxico. Gambá. Teoria dos Interpretantes de Peirce. Centro-Oeste brasileiro.

Abstract: *Given that "anything can be analyzed semiotically" (SANTAELLA, 2002, p 11.), this project aims to collate geolinguistic data analysis from the perspective of Peircean Semiotics, especially regarding the Peirce's theory of interpretants, with order to seek to understand how the mental process of designation of the "animal that releases a foul smell when it feels threatened" (Question 71 / Linguistic Atlas Project in Brazil / 2001) by the inhabitants of the Midwest region of Brazil. The methodology being used has its theoretical basis driven Semantic beyond the classifications of signs and their relation to the interpretant, resulting from the North American Semiotics. The analysis revealed the use of five lexical variants to designate the concept in question: gambá, mucura, raposa, mixila and jaratataca and showed that gambá and mucura appoint the same animal, unlike the other names, which had favored this study for rematic legi-symbolic sign of Peirce concept and analysis view brought into the dynamic interpretant, since this reveals the psychological dimension of interpretant, demonstrating how generalization of the standard acts on each performer. In this context, it is noticed that the inhabitants of Central Brazil responded jaratataca to the question at hand, which, although not appoint the same skunk seems meets the required showing the theory applicability adopted by this paper. With this, could be concluded that the study of semiotics helps in understanding linguistic phenomena, elucidating issues sometimes to beyond the linguistic theories.*

Keywords: *Lexicon. Gambá. Peirce's theory of interpretants. Brazilian Midwest Region.*

Introdução

Sendo o léxico de uma língua um patrimônio cultural, ele revela também características da sociedade que o utiliza, sejam elas físicas, geográficas, sociais ou mesmo ideais. Isso porque, utilizado para nomear os elementos da realidade do homem e também para expressar opiniões, ideias e pensares, o repertório vocabular adéqua-se às necessidades comunicativas de seus usuários.

Com isso, podem surgir novos designativos para elementos antes desconhecidos, novos semas que imputem novos sentidos a palavras já existentes, assim como também certos nomes podem desaparecer da norma linguística em uso. Biderman (1978, p. 131) explica essas mudanças ao afirmar que "[...] há sempre uma parte do sistema em vias de formação, outra em vias de desaparecimento e outra perfeitamente acabada. As realizações discursivas refletirão sempre esses fluxos e refluxos do sistema".

No Brasil, por exemplo, essas adequações no sistema linguístico foram registradas desde a chegada dos colonizadores, em 1500, uma vez que a

língua trazida pelos europeus se mostrou insuficiente para nomear os elementos físicos e humanos encontrados, a maioria desconhecidos até então. Além disso, os portugueses conheceram sociedades indígenas organizadas e independentes, cada qual com sua língua, seus hábitos e seus costumes.

Sabe-se, por exemplo, que havia mais de mil línguas indígenas em uso no Brasil à época do Descobrimento. Porém, dentre elas “[...] o tupi [era] aquela que maior influxo exerceu no português, porque era a mais importante, a mais falada e funcionava mesmo como espécie de ‘língua segunda’ de certos grupos aborígenes não-tupis” (MELO, 1981, p. 41). Essa supremacia tupi no contato com o branco deveu-se também ao fato de essa etnia ter seu *habitat* na costa brasileira, caminho de chegada dos ibéricos.

Dessa forma, a variante europeia do português foi acolhendo diversas unidades lexicais, inicialmente de origem indígena, especialmente tupi, uma vez que a língua autóctone já possuía designativos para os hábitos, crenças, animais e alimentos por vezes particulares da *Terra de Vera Cruz*.

Essa mistura de línguas deu origem à Língua Geral, mescla da língua tupi com pequena presença do português falada em toda a colônia, ficando o português restrito a documentos oficiais, como atesta o depoimento de Vieira (1951, *apud* NAVARRO, 1998, p. 174):

[...] É certo que as famílias dos Portugueses e Índios de S. Paulo estão tão ligadas hoje umas com as outras, que as mulheres e os filhos se criam mística e domesticamente, e a língua que nas ditas famílias se fala é a dos Índios, e a portuguesa a vão os meninos aprender à escola.

E, mesmo com o uso dessa língua proibido por meio de um decreto assinado pelo então Ministro Marquês de Pombal, em 1759, a realidade linguística do Período Colonial brasileiro se reflete ainda hoje no idioma em uso em *Terra Brasilis*, uma vez que, com a contribuição dos indígenas e, posteriormente, dos negros africanos que vieram para cá como mão de obra escrava, a variante brasileira do português se particularizou, com a presença de empréstimos linguísticos advindos das línguas indígenas e africanas, por exemplo, isso para nos atermos apenas às influências no campo linguístico registradas no Período Colonial.

Sendo assim, a presença marcante de empréstimos linguísticos registra-se especialmente em áreas semânticas relacionadas a referentes característicos do Brasil, como *fauna, flora, alimentação e atividades agropastoris*.

Nesse sentido, este estudo analisa os designativos utilizados pelos habitantes da região Centro-Oeste brasileira, composta pelos Estados de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Goiás² para nomear o “bicho que solta cheiro ruim quando se sente ameaçado”. O *corpus* é composto pelas respostas obtidas a partir dos inquéritos³ realizados pelos pesquisadores do Projeto Atlas Linguístico do Brasil em 23 localidades dos Estados citados (as 3 capitais – Cuiabá, Campo Grande e Goiânia, e mais 20 localidades do interior⁴).

O intuito foi cotejar os dados do ponto de vista léxico-semântico, verificando especialmente a motivação dos falantes que fomentou o uso desses designativos com o auxílio da semiótica norte-americana, principalmente da Teoria dos Interpretantes de Charles Sanders Peirce.

1.Revisão de Literatura

Considerando-se que “[...] cada língua traduz o mundo e a realidade social segundo o seu próprio modelo, refletindo uma cosmovisão que lhe é própria, expressa nas suas categorias gramaticais e léxicas” (BIDERMAN, 1978, p. 80), voltamo-nos à hipótese do Relativismo Linguístico, proposta inicialmente por Edward Sapir e Benjamin Lee Whorf, pesquisadores norte-americanos que defendiam a ideia de que, por meio da língua, as ideias eram formadas e organizadas para também serem expressas.

² O Distrito Federal, apesar de integrar a região Centro-Oeste, não está incluído no recorte deste trabalho por não fazer parte da rede de pontos do Projeto Atlas Linguístico do Brasil, que forneceu dados para este estudo.

³ O Questionário Linguístico do ALiB (COMITÊ NACIONAL, 2001) contempla os vários níveis da linguagem: o fonético-fonológico (159 questões), seguido de 11 questões de prosódia; o semântico-lexical (207 questões) e o morfossintático (121 questões). Além disso, há cinco questões de pragmática, quatro temas para discursos semidirigidos e um texto para leitura.

⁴ Em Goiás: São Domingos, Porangatu, Aruanã, Formosa, Goiás, Jataí, Catalão e Quirinópolis. Em Mato Grosso do Sul: Coxim, Corumbá, Paranaíba, Nioaque e Ponta Porã e, em Mato Grosso: Poxoréu, Alto Araguaia, Aripuanã, Diamantino, Vila Bela da Santíssima Trindade, Barra do Garças e Cáceres.

Assim sendo, o léxico é aqui considerado como indissociável da cultura e da sociedade em que se insere, evidenciando aspectos físicos, econômicos, sociais e históricos do grupo que o utiliza. Portanto,

[...] Apesar de a língua possuir uma organização estrutural que apresenta uma lógica própria de funcionamento, essa organização estrutural é profundamente permeada por influxos da organização sócio-cultural da comunidade de fala, já que a funcionalidade da língua constitui um produto cultural historicamente condicionado e deve ela mesma responder às necessidades apresentadas pelo desenvolvimento sócio-cultural da comunidade que a utiliza (LUCCHESI, 1998, p. 68).

Além disso, as escolhas lexicais dos falantes revelam também o modo com estes veem o mundo e traduzem suas experiências, particularizando o repertório lexical de acordo com seus processos mentais de cognição e de reconhecimento de elementos da realidade, assim como também demonstram uma realidade própria, desenhada a partir de condições sócio-histórico-geográficas e reveladas por meio desse acervo vocabular.

Nessa perspectiva, os estudos linguísticos estudam a significação das palavras também levando em conta a intenção do usuário. Assim,

[...] A significação (“meaning”) é estudada como uma parte própria da cognição humana (e não como uma parte de uma estrutura linguística autônoma) e, por conseguinte, em relação intrínseca com as capacidades cognoscitivas gerais (conceptualização, categorização, percepção, atenção, memória etc.) (SILVA, 1999, p. 14).

Ainda nesse contexto, os estudos lexicais podem agregar outras ciências que estudam a significação, como a Semiótica, por exemplo, haja vista que

[...] a Semiótica não está apenas preocupada com a identificação dos tipos possíveis de signos, mas também com seus processos significativos (semioses). É na ideia de semiose que Peirce localiza aquilo que chamou de ação do signo e que dá base para o entendimento de como, de um modo geral, o pensamento ocorre por meio de signos e, em última instância, as linguagens crescem, se diversificam e se complexificam (GHIZZI, 2009, p. 23).

Sendo então a Semiótica Filosófica “[...] a ciência dos signos e dos processos significativos (semiose) na natureza e na cultura” (NÖTH, 1995, p. 17), a concepção de signo triádico de Peirce traduz a importância dessa ciência no estudo ora desenvolvido. Primeiramente, deve-se retomar a noção de signo proposta pelo semioticista:

[...] Um signo, ou *representamen*, é aquilo que, sob certo aspecto ou modo representa algo para alguém. Dirige-se a alguém, isto é, cria, na mente dessa pessoa, um signo equivalente, ou talvez um signo mais desenvolvido. Ao signo assim criado denomino

interpretante do primeiro signo. O signo representa alguma coisa, seu *objeto*. Representa esse objeto não em todos os aspectos, mas com referência a um tipo de idéia que eu, por vezes, denominei *fundamento* do representâmen (PEIRCE, 1995, p. 46).

Assim, pode-se compreender também o que se chama de incompletude do signo frente ao objeto que representa, responsável pela sua atividade característica, sua contínua evolução e crescimento (SANTAELLA, 1992, p. 1306) por meio dessas inter-relações lógicas entre os três elementos sógnicos, a saber: o fundamento do signo, ou o próprio signo, o objeto e o interpretante.

Essa natureza triádica do signo é também tratada por Santaella em outro texto, *A teoria geral dos signos: como as linguagens significam as coisas*, quando expõe que:

[...] Um Signo [define-se] como qualquer coisa que, de um lado, é assim determinada por um Objeto e, de outro, assim determina uma idéia na mente de uma pessoa, esta última determinação, que denomino o *Interpretante* do signo, é, desse modo, mediatamente determinada por aquele Objeto. Um signo, assim, tem uma relação triádica com seu Objeto e com seu Interpretante (SANTAELLA, 2000, p. 12).

Partindo dessa premissa, Peirce concebe a relação do signo com as duas outras entidades: com o objeto e com o interpretante, além daquela do signo consigo mesmo. Ora, se a natureza do signo é triádica, mais genuíno será o signo quanto mais este se relacione com os demais elementos sógnicos.

Nesse sentido, quanto às relações do signo com o objeto, Peirce desenvolve a ideia de *signo genuíno* – ou *símbolo* – aquele que envolve os três elementos: signo, objeto e interpretante. “Ideias típicas a ele associadas são: terceiridade, cognição, aprendizado, lei, generalização, hábito, crescimento e complexificação, entre outras” (GHIZZU, 2009, p. 29). A partir deste, a natureza representativa dos signos vai se modificando, de acordo com a ausência de um ou outro elemento presente na inter-relação lógica de que estamos tratando.

Assim, e de acordo com Ghizzi (2009), diante do *signo genuíno*, ou *símbolo*, temos signos “degenerados”⁵, como o *índice* e o *ícone*. O *índice* pode ser entendido como o signo degenerado uma vez, pois pode prescindir de um elemento (o interpretante), envolvendo, necessariamente, apenas os outros dois (signo e objeto). “As ideias típicas a ele associadas são: segundidade,

⁵ “O termo degenerado tem como referência o seu significado na geometria” (SANTAELLA, 1992 *apud* GHIZZU, 2009, p. 29).

ação, individualidade, fato, existente, contiguidade, outro, compulsão, entre outras” (GHIZZI, 2009, p. 29). O *ícone*, por seu turno, é o signo duas vezes degenerado, pois só define o signo como elemento, deixando os demais (objeto e interpretante) no campo da virtualidade. Associa-se a ideias típicas como “primeiridade, sentimento, similaridade, individualidade, possibilidade, acaso, liberdade, entre outras” (GHIZZI, 2009, p. 30).

Disso se depreende que:

[...] O Ícone não tem conexão dinâmica alguma com o objeto que representa; simplesmente acontece que suas qualidades se assemelham às do objeto e excitam sensações análogas na mente para a qual é uma semelhança. Mas, na verdade, não mantém conexão com elas. O índice está fisicamente conectado com seu objeto; formam ambos um par orgânico, porém a mente interpretante nada tem a ver com essa conexão, exceto o fato de registrá-la depois de ter sido estabelecida. O símbolo está conectado a seu objeto por força da ideia da mente-que-usa-o-símbolo, sem a qual essa conexão não existiria (PEIRCE, 1995, p. 73).

As relações descritas representam o pensamento do filósofo norte-americano Charles Sanders Peirce. Isso porque as bases para sua semiótica são representadas pelas categorias fenomenológicas também triádicas de primeiridade, secundidade e terceiridade, com base na Fenomenologia⁶, ciência também desenvolvida por Peirce, mas anterior à semiótica filosófica.

No pensamento do filósofo-semiotista, entende-se que o primeiro prescinde do segundo e do terceiro; já o segundo prescinde do terceiro, mas não do primeiro; o terceiro, por seu turno, não prescinde de seus anteriores.

Além da natureza do signo, podemos também classificá-lo quanto às propriedades formais que lhe possibilitam funcionar como um signo, sua relação considerando-o em si mesmo: sua qualidade, sua existência e seu caráter de lei. “Pela qualidade, tudo pode ser signo, pela existência, tudo é signo, e pela lei, tudo deve ser signo” (SANTAELLA, 2002, p. 12). Assim, temos outra relação triádica: quali-signo, sin-signo e legi-signo, respectivamente referentes à qualidade tida como propriedade formal que faz algo se tornar um signo, à propriedade de existir, que faculta o que tem existência a se tornar um signo e à força da razão, “conforme seu Interpretante representá-lo como um

⁶ A fenomenologia peirciana teve início a partir do conceito deste filósofo de *phaneroscopia* e seu objetivo era a observação do *phaneron*, ou seja, dos fenômenos que são apreendidos na consciência.

signo de possibilidade ou como um signo de fato ou como um signo de razão” (PEIRCE, 1995, p. 51).

E a relação do signo com o interpretante gerou outra categorização peirciana: rema, discente e argumento⁷:

[...] Um Rema é um Signo que, para seu Interpretante, é um Signo de Possibilidade qualitativa, ou seja, é entendido como representando esta ou aquela espécie de objetivo possível. [...] [um Dicente] é um signo que, para seu Interpretante, é um Signo de existência real [...] [e um Argumento] é um signo que, para seu Interpretante, é um Signo de Lei (PEIRCE, 1995, p. 53).

Considerando-se, pois, a teoria neste tópico apresentada, para este estudo, utilizou-se especialmente a classificação de legi-signo simbólico remático, para se explicar o uso das variantes lexicais que nomeiam o animal comumente conhecido como “gambá”.

Nas palavras de Peirce, o legi-signo simbólico remático “é um signo ligado a seu objeto através de uma associação de ideias gerais de tal modo que sua réplica traz à mente uma imagem a qual [...] tende a produzir um conceito geral” (PEIRCE, [s.d] *apud* GHIZZI, 2009, P. 48). Em outras palavras, “[...] é um signo convencional que ainda não tem o caráter de uma proposição” (NÖTH, 1995, p. 94).

Tendo sido realizadas as considerações sobre a teoria utilizada, a análise, bem como a apresentação dos dados, é realizada na sequência do texto.

2.Contextualização do estudo: um olhar histórico sobre as localidades

O Projeto ALiB possui uma rede de pontos de 250 localidades, incluindo 25 capitais estaduais e 225 cidades do interior, selecionadas segundo a representatividade histórica, econômica e social em relação ao panorama nacional e regional. Para este texto, como já assinalado anteriormente, foram selecionadas 20 localidades da rede de pontos do Projeto ALiB pertencentes à

⁷ Antes de se discutir tal categorização, é importante esclarecermos que interpretante e intérprete não são sinônimos. Enquanto o interpretante “é o efeito interpretativo que o signo produz em uma mente real ou meramente potencial” (SANTAELLA, 2002, p. 23), o intérprete tem um lugar no processo interpretativo, mas não é tão amplo ou geral como o interpretante.

região Centro-Oeste, a saber: **Goiás**: São Domingos, Porangatu, Aruanã, Formosa, Goiás, Jataí, Catalão e Quirinópolis; **Mato Grosso do Sul**: Coxim, Corumbá, Paranaíba, Nioaque e Ponta Porã e, **Mato Grosso**: Poxoréu, Alto Araguaia, Aripuanã, Diamantino, Vila Bela da Santíssima Trindade, Barra do Garças e Cáceres, além das capitais dos três Estados: Cuiabá (MT), Campo Grande (MS) e Goiânia (GO).

Dessas cidades, apenas Aripuanã tem sua instituição datada do século XX. Dentre as demais, algumas tiveram sua história ligada à pecuária, ciclo econômico iniciado já na segunda metade do século XIX com a aquisição de fazendas para a criação de gado, em grande parte por mineiros que se fixaram no Brasil Central – como é o caso de Campo Grande, MS, Alto Araguaia, MT, Quirinópolis e Jataí, GO. Já a maioria das cidades do interior da região Centro-Oeste, em que os dados aqui analisados foram recolhidos, tem como elemento motivador de povoamento a mineração, tanto no que concerne à descoberta de jazidas e à consequente extração (Cuiabá, Cáceres, Vila Bela da Santíssima Trindade, Diamantino, Poxoréu, MT, Paranaíba e Coxim, MS, e Goiânia, Catalão, Goiás, Formosa, Porangatu e São Domingos, GO), quanto à descoberta de caminhos fluviais alternativos para o escoamento da produção (Barra do Garças, MT, e Nioaque, MS). A segurança das fronteiras também motivou o surgimento de núcleos populacionais (Ponta Porã, Corumbá, MS, e Aruanã, GO) entre os séculos XVII e XIX.

De fato, a história da região Centro-Oeste do Brasil inicia-se muito antes da Marcha para o Oeste, programa do governo de Getúlio Vargas para a ocupação do “interior” do Brasil, da primeira metade do século XX. Os primeiros povoamentos deram-se, como visto, pelas atividades de mineração e pecuária a partir do século XVII, uma vez que “[...] a atividade de mineração iniciaria o povoamento regular do Mato Grosso, assim como do Oeste brasileiro, provocando um fluxo migratório para a região” (ABREU, 2003, p.264). É preciso considerar ainda que:

[...] Em meados do século XIX, a política imperial referente a Mato Grosso incluiu também o estabelecimento de colônias militares no extremo sul da província, bem como o melhoramento ou a abertura de comunicações diretas (fluviais e terrestres) entre ela e as vizinhas províncias de São Paulo e Paraná (QUEIROZ, 2003, p. 24).

A política de segurança das fronteiras adotada pelo governo imperial intencionava proteger a produção de minérios e de pedras preciosas destinada à Coroa, assim como a garantia do próprio direito de propriedade do Brasil em relação aos territórios da região Centro-Oeste, ainda pouco ocupados, outrora pertencentes ao domínio espanhol. Uma das cidades com maior potencial econômico já na época colonial era a atual Corumbá – cujo designativo, à época, era Vila de Nossa Senhora da Conceição de Albuquerque, tanto pela posição geográfica estratégica quanto pelos recursos naturais abundantes, considerando-se que a cidade “mostra[va] crescente importância econômica, como pólo do comércio de importação e exportação da província, ligado, por via fluvial, a vários dos principais núcleos urbanos da região (Cuiabá, Cáceres, Coxim, Miranda, Aquidauana)” (QUEIROZ, 2003, p. 25).

Enquanto a região mais ao sul do Centro-Oeste destacava-se pela sua posição estratégica e por condições favoráveis para a lida com o gado, o interior goiano e mesmo os municípios do norte do Mato Grosso auferiam grandes recursos advindos da extração do ouro e de diamantes. É conveniente lembrar, nesse contexto, que, dada a importância dos lucros auríferos para a Coroa, a Cidade de Goiás foi eleita sede administrativa, inicialmente, da Capitania e depois do Estado de Goiás de 1744 a 1937. Também Vila Bela de Santíssima Trindade foi sede da Capitania e capital do Estado de Mato Grosso antes de Cuiabá, de 1752 a 1835 (cf. IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>>. Acesso em: 07 ago 2014).

Frente ao exposto, é pertinente estabelecer a relação entre as bandeiras paulistas e o desenvolvimento dessa região brasileira, assim como se pode depreender também que a herança linguística no falar dos habitantes dos três Estados do Centro-Oeste advém muito dos caminhos bandeirantes que por lá passaram. Além disso, a marca indígena é forte nessa região, expressa pelo contingente de etnias indígenas que nela viviam e ainda vivem, como a Guaicuru, a Kadiwéu, a Terena, dentre outras, algumas vezes convivendo pacificamente com os exploradores, outras vezes sendo subjugados por eles.

O contato dos exploradores bandeirantes com os índios do Brasil Central foi salientado por Luis D'Alincourt, que narrou uma das artimanhas de Bartolomeu Bueno da Silva para aprisionar os nativos e tomar posse das terras. Esse bandeirante era conhecido pelos índios como Diabo Velho (Ananguera) por ter usado um prato com aguardente para gerar o fogo e impressionar os índios de Goiás:

Ananguera [...] convida os Selvagens significando-lhes que facilmente aprenderiam a dança, de que tanto tinham gostado, e cheia de alegria aquela simples gente, aceita o convite; então Bartholomeo, como por distinção aos maiores, principia por êstes, e os vai dispendo, deitando-lhes os fêreos colares ao pescoço, bem como tinha feito aos seus, jugo que aquêles infelizmente receberam como ornato preciso ao divertimento; mas bem depressa conheceram seu engano: Ananguera, apenas os vê encadeados, levanta a máscara, e dá a lei aos mais Índios, que ou fogem ou facilmente se submetem, vendo-os privados de seus Chefes (D'ALINCOURT, 1975, p. 104).

Na verdade, poucas foram as etnias indígenas que conviveram pacificamente com os desbravadores, como os índios guarani, ao sul do então Estado de Mato Grosso, que lidavam com o cultivo da erva-mate, na atual cidade de Ponta Porã, fronteira com a República do Paraguai, no século XIX.

Tendo sido apontadas algumas questões históricas acerca das localidades que forneceram os dados para esta pesquisa, torna-se possível a compreensão das motivações de povoamento e crescimento do Brasil Central, aqui representado pela região Centro-Oeste.

3. Apresentação e análise dos dados

A checagem dos registros transcritos e sonoros das entrevistas revelou um total de cinco variantes lexicais para designar o conceito em pauta na pergunta 71 do Questionário Semântico-Lexical do Projeto ALiB: *gambá*, *mucura*, *jaratataca*, *mixila* e *raposa*.

Os itens lexicais *gambá* e *mucura* tiveram, em sua dicionarização, a confirmação das acepções empregadas pelos informantes que os forneceram como resposta para a pergunta 71/QSL (Questionário Semântico-lexocal): "como se chama o bicho que solta cheiro ruim quando se sente ameaçado" (COMITÊ NACIONAL DO PROJETO ALiB, 2001, p. 27). Isso porque, segundo Houaiss (2001), *gambá* é:

[...] Designação comum aos marsupiais do gênero *Didelphis*, os maiores da família dos didelfídeos, com três espécies, encontrados do Sul do Canadá à Argentina, com até 50 cm de comprimento, cauda preênsil, longa e quase inteiramente nua, com a parte distal branca, pelagem cinza, preta ou avermelhada e fêmeas com marsúpio bem desenvolvido [sin.: cassaco, micurê, mucura, raposa, sarigüê, sarigüéia, saruê, tacaca, taibu, ticaca, timbu].

Dessa forma, nesse verbete, já encontramos também *mucura* e *raposa* com a mesma acepção, evidenciando que as três designações podem também ser classificadas como legi-signos simbólicos, haja vista tratarem-se de signos que são lei, uma ideia universalizada, uma convenção.

Mixila, por sua vez, foi registrada na fala de apenas 01 informante, em Poxoréu/MT, e está dicionarizada como designação para “tamanduá-mirim” (HOUAISS, 2001). Esse registro a afasta do conceito em pauta. Porém, a fala do informante idoso, quando indagado sobre as características da “mixila”, justifica a resposta ao afirmar que “[...] *mixila* é o mesmo gambá que nós conhece, um bicho que solta um cheiro forte no caso que se é atacado” (INF03/106).

Jaratataca, a última variante lexical aqui analisada, também tem documentação lexicográfica diversa do “gambá”. Segundo Ferreira (2004), designa o “mamífero carnívoro, mustelídeo”. Houaiss (2001) acrescenta-lhe outros semas: “corpo e pelagem negros com a cauda e duas faixas dorsais brancas [Esguicha um líquido fétido, secretado por glândulas anais, em atitude de defesa]” (HOUAISS, 2001). Por ser de origem tupi, encontra-se também documentada na obra de Sampaio (1928), *O tupi na geographia nacional*, definida como “[...] o que pode arrojar fétido. É um animal que, perseguido, se defende com um arrojar de si um líquido fétido, insuportável” (SAMPAIO, 1928, p. 268).

Assim, ambas as variantes léxicas, *mixila* e *jaratataca*, têm justificativa quanto à documentação para nomearem o animal em questão. Todavia, seus registros como respostas consideradas válidas para a cartografia geolinguística ainda fomenta diversas discussões, estando, já há bastante tempo, em debate no Projeto Atlas Linguístico do Brasil, cujos dados estão em tela, que conta com diversos geolinguistas, dialetólogos, foneticistas e outros linguistas, além de profissionais de outras áreas. Pelo fato de não designarem o gambá, essas

respostas, como outras, têm sido caracterizadas como não-válidas e sendo excluídas de uma possível cartografia.

O critério para exclusão é o fato de não nomearem o mesmo referente, não podendo, pois, serem tomadas como sinônimos, situação que ocorreu também com *maruim* como designativo para “aquele inseto de perninhas compridas que canta no ouvido das pessoas à noite” (CARDOSO *et al*, 2014, p. 227), o pernilongo.

Dessa maneira, e buscando encontrar novas argumentações para o debate é que se pretendeu, com a utilização de aporte teórico diverso do linguístico, como é o caso da semiótica peirciana, encontrar possíveis motivações para esses registros motivados pela pergunta 071 do Questionário Semântico-lexical do Projeto ALiB e sua possível mudança de *status* de resposta não-válida para válida.

Mesmo havendo ainda uma discussão acadêmica quanto a considerá-las ou não como válidas como resposta para a pergunta que lhe deu origem, isto é, como candidatas à cartografia geolinguística por de fato designarem o referente perguntado, este estudo as aproximam do conceito, especialmente por se realizar no âmbito da Semiótica peirciana.

Para a vertente norte-americana dos estudos semióticos, por exemplo,

[...] Na relação do signo com seu objeto, ou a cada realização de um interpretante, o *conceito* e o *ícone de significação* projetam-se um sobre o outro, possibilitando que cada interpretante dinâmico seja um evento único, diverso dos demais, na cadeia infinita de interpretantes. Assim, os interpretantes do símbolo não cessam de se atualizarem de modo variado. Esta diversidade dos interpretantes complexifica o sentido do símbolo, e com isso o símbolo cresce (GHIZZI, 2009, p. 39).

Essa relação entre o conceito e o ícone de significação pode esclarecer parte das motivações que acarretam as variedades linguísticas e mesmo as mudanças linguísticas. Isso porque o léxico, para nos atermos ao nível linguístico aqui estudado, está em constante evolução, sendo pela criação de novas unidades léxicas, pela atribuição de novos semas a palavras já existentes e mesmo pelo apagamento de certos itens léxicos.

Assim sendo, pensando-se na atualização também condicionada pelas projeções alternadas entre conceito e ícone de significação, pode-se associar a

complexidade e o crescimento do sentido do símbolo às variedades encontradas nos designativos ora estudados. Pode-se aventar tal hipótese pautando-se em Santaella, que, por sua vez, associa seus argumentos a Ransdell:

[...] Ransdell (1996, p. 184) também lida com essa distinção [conceito e ícone de significação] com muita clareza. Chama, por sua vez, o conceito de sentido e a idéia geral ou ícone de significação. O conceito ou sentido é o hábito não atualizado e a idéia geral ou ícone é aquilo que atualiza o hábito, produzindo a significação. É por isso que Peirce repetiu, muitas vezes, que o símbolo significa por meio de um hábito e de uma associação de idéias (SANTAELLA, 1995, p. 74).

Em outros termos, esse crescimento do símbolo pode acarretar a extensão do sentido semântico contemplado, nesse caso, pela questão 71 do Questionário Semântico Lexical do Projeto ALiB, que passa a abarcar novos designativos para o conceito em análise, o que é evidenciado pela variedade de designações documentadas para nomear o animal comumente conhecido como “gambá”.

Utilizamos a classificação de símbolo do legi-signo por representar a conexão do signo com seu objeto por força da ideia ativada na mente do falante. Seria a relação mental formalizada pelo usuário da língua, que assim conecta o signo ao objeto dinâmico, determinando o conceito ou sentido. Além disso, seria símbolo posto que, mesmo que não identifique as ideias a que se refere, “[...] é aplicável a tudo que possa concretizar a ideia ligada à palavra” (PEIRCE, 1995, p. 73).

Porém, ainda se pode pensar na relação entre signo e interpretante, o que classificaria as variantes lexicais como remáticas, tendo em vista o que foi discutido na revisão de literatura quando se afirmou que um símbolo remático tende a produzir um conceito geral por meio da associação de ideias também gerais (PEIRCE, 1995).

Assim, podemos concluir esta proposta de análise com a verificação de que as realizações lexicais dos falantes entrevistados evidenciam que parte dos dados cotejados carece de estudos para além da Linguística, cuja análise só foi possível com o auxílio de conceitos da Semiótica peirciana, no caso deste trabalho, o que pode contribuir para com os estudos lexicais.

Algumas considerações...

Uma vez que o léxico “[...]” pode ser identificado como o patrimônio vocabular de uma dada comunidade linguística ao longo de sua história” (BIDERMAN, 2001, p. 12), o signo linguístico também tem seu caráter social, podendo se considerar “[...]” como um fenômeno distinguido pela sociedade entre as múltiplas ações que se orientam para o entendimento intersubjetivo; como um verdadeiro gênero da significação” (LARA, 1996, p. 102).

E, como gênero da significação, seu estudo pode ser objeto de outras ciências, além das Ciências do Léxico (Lexicologia, Lexicografia e Terminologia), como a Semiótica, por exemplo.

Neste estudo, buscou-se evidenciar a relevância da inter-relação entre os trabalhos que podem fornecer subsídios para o aprofundamento dos estudos lexicais, neste caso representados pelas pesquisas dialetais e geolinguísticas empreendidas pelo Projeto Atlas Linguístico do Brasil, como foi exemplificado no decorrer deste trabalho, para tentar elucidar assuntos que ainda provocam discussões e dúvidas na academia, como é o caso dos registros de *mixila* e *jaratataca* aqui analisados.

A classificação dessas variantes léxicas como legi-signos simbólicos remáticos demonstrou-se pertinente a partir das análises empreendidas, haja vista poderem ser consideradas como convenção, contudo, tomadas a partir de qualidades, produzindo um conceito geral.

Por fim, ratifica-se a importância dos estudos de Charles Sanders Peirce e suas contribuições para o estudo do léxico, parte do sistema linguístico que:

[...] Inclui a nomenclatura de todos os conceitos lingüísticos e não lingüísticos e de todos os referentes do mundo físico e do universo cultural, criado por todas as criaturas humanas atuais e do passado. Por isso, o léxico é o menos lingüístico de todos os domínios da linguagem. Na verdade, é uma parte do idioma que se situa entre o lingüístico e o extralingüístico (BIDERMAN, 1981, p. 138).

Pelo fato de o léxico transitar então entre o linguístico e o extralinguístico, seus estudos são, por isso mesmo, receptivos às contribuições de outras ciências não linguísticas, como a Semiótica peirciana, aplicada a este

estudo, uma vez que seu objeto é o estudo do signo, o que também abarca o signo linguístico, em foco neste trabalho.

Referências Bibliográficas

ALINCOURT, Luis d'. **Memória sobre a viagem do porto de Santos à cidade de Cuiabá**. Belo Horizonte: Editora Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1975.

BIDERMAN, Maria Tereza de Camargo. As ciências do léxico. In: OLIVEIRA, Ana Maria Pinto Pires de; ISQUERDO, Aparecida Negri (Orgs). **As ciências do léxico**. Lexicologia, Lexicografia, Terminologia. 2a ed. Campo Grande: EDUFMS, 2001. P 11-20.

BIDERMAN, Maria Tereza de Camargo. A estrutura mental do léxico. In: _____. **Estudos de filologia e lingüística**. Homenagem a Isaac Nicolau Salum. São Paulo: T. A. Queiroz/Edusp, 1981, p. 131-145.

BIDERMAN, Maria Tereza de Camargo. **Teoria linguística: lingüística quantitativa e computacional**. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1978.

CARDOSO, Suzana Alice Marcelino da Silva *et al.* **Atlas Linguístico do Brasil**. 2v. Londrina: EDUEL, 2014.

COMITÊ NACIONAL DO PROJETO ALIB. **Atlas lingüístico do Brasil: questionário 2001**. Londrina: Eduel, 2001.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa**, Versão 5.0, Curitiba: Editora Positivo, 2004.

GHIZZI, Eluiza Bortolotto. **Introdução à Semiótica Filosófica de Charles S. Peirce**. Texto de apoio didático. Revisado. Campo Grande: UFMS, 2009. Disponível em: <http://pt.scribd.com/doc/59475133/LEITURA-COMPLEMENTAR-Semiotica-filosofica-introducao>. Acesso em: 05 dez 2014.

HOUAISS, Antônio. **Dicionário Eletrônico Houaiss da Língua Portuguesa**, versão 1.0. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2001.

IBGE. **IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>>. Acesso em: 07 ago 2014.

LARA, Luis Fernando. **Teoria del diccionario monolingüe**. México: Centro de Estudios Lingüísticos & Literários, 1996.

LUCCHESI, Dante. **Sistema, mudança e linguagem**: um percurso da linguística neste século. Lisboa: Colibri Artes gráficas, 1998.

MELO, Gladstone Chaves de. **A língua do Brasil**. 4a ed. Melhorada e aumentada. Rio de Janeiro: Padrão, 1981.

NAVARRO, Eduardo de Almeida. **Método moderno do tupi antigo**: a língua do Brasil nos primeiros séculos. Petrópolis: Vozes, 1998.

NÖTH, Winfried. **Panorama da Semiótica**: de Platão a Peirce. São Paulo: Annablume, 1995.

PEIRCE, Charles Sanders. **Semiótica**. 2 ed. São Paulo: Perspectiva, 1995.

QUEIROZ, Paulo Roberto Cimó. Temores e esperanças: o antigo sul de Mato Grosso e o Estado Nacional brasileiro. In: MARIN, Jérri Roberto; VASCONCELOS, Cláudio Alves de (Orgs). **História, região e identidades**. Campo Grande: Editora UFMS, 2003, p.19-46.

SAMPAIO, Theodoro. **O tupi na geographia nacional**. Salvador: Secção Graphica da Escola de Aprendizes Artificies, 1928.

SANTAELLA, Lucia. **Semiótica Aplicada**. São Paulo: Pioneira/ Thompson Learning, 2002.

SANTAELLA, Lucia. **A teoria geral dos signos**: como as linguagens significam as coisas. 2a ed. São Paulo: Pioneira, 2000.

SANTAELLA, Lucia. **A Teoria Geral dos Signos**: Semiose e Autogeração. São Paulo: Ática, 1995.

SANTAELLA, Lucia. Peirce's Semioses and the Logic of Evolution. In: **Signs of humanity l'homme et ses signens**. Mouton de Gruyter, 1992.

SILVA, Augusto Soares da. **A semântica de deixar**. Uma contribuição para a abordagem cognitiva em semântica lexical. Portugal: Ministério da Ciência e da Tecnologia, 1999.